

COLEGIO PEDRO II CAMPUS TIJUCA I

Estudo Técnico Preliminar 1/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23780.000401/2025-91

2. Descrição da necessidade

Este estudo pauta-se no atendimento das necessidades do Colégio Pedro II no que se refere à prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, com o objetivo de assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida.

Para a análise, foram consideradas as últimas contratações realizadas pelo Colégio Pedro II, bem como contratações semelhantes promovidas por outros órgãos públicos, com o mesmo objeto, a fim de verificar a adequação e vantajosidade do modelo proposto.

Conforme estabelecido na Portaria nº 60/2024 – CP II, os serviços de controle de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização e descupinização) são considerados de natureza contínua.

O Colégio Pedro II é uma instituição de ensino pública federal que busca promover uma educação de excelência, garantindo a formação integral de seus alunos e contribuindo para uma sociedade ética e sustentável. Para alcançar esses objetivos, é necessário proporcionar um ambiente saudável e seguro para toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, docentes, servidores e demais colaboradores.

O controle de vetores e pragas urbanas é fundamental para garantir a saúde e o bemestar de todos os envolvidos nas atividades do Colégio Pedro II. A presença desses agentes pode representar riscos à saúde, causando desconforto, transtornos e até mesmo doenças.

Dentre os principais motivos para a contratação de um serviço especializado em controle de vetores e pragas urbanas estão:

Prevenção de doenças: O Colégio Pedro II é responsável pela formação e proteção da saúde de seus alunos. A presença de vetores ou pragas urbanas, como roedores e insetos, pode representar um risco à saúde dos estudantes. A contratação de um serviço especializado contribui para a prevenção e redução desses riscos.

Ambiente seguro e limpo: O controle de vetores e pragas urbanas é essencial para manter um ambiente de aprendizado adequado. A presença de insetos, roedores e outros animais indesejados pode prejudicar a concentração dos alunos, interferir nas atividades pedagógicas e causar danos ao patrimônio do colégio. Através da contratação de um serviço especializado, é possível assegurar um ambiente limpo, seguro e propício para o ensino e aprendizagem.

Preservação do patrimônio: A infestação de pragas urbanas pode causar danos significativos às instalações físicas do Colégio Pedro II, como estruturas, móveis e equipamentos. O controle adequado desses agentes previne a deterioração do patrimônio e evita custos adicionais de reparo ou substituição.

Portanto, a contratação de um serviço especializado em controle de vetores e pragas urbanas é essencial para garantir a saúde, a segurança e a qualidade do ambiente no Colégio Pedro II.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Prefeitura do Campus Tijuca I	Shanna Guedes Carneiro

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do artigo, 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133 /2021, uma vez possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Considerando o enquadramento acima e de modo a cumprir as determinações da Lei n.º 14.133, de 2021, e da IN SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022, o processo licitatório deve ser realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, por Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço.

Os serviços de controle de pragas consistem em serviços de natureza continuada, pois a sua interrupção pode comprometer as atividades desempenhadas pelo Colégio Pedro II, e consequentemente, comprometer o alcance das metas institucionais. Trata-se, portanto, de atividade que deve ser prestada de maneira contínua, estendendo-se assim por mais de um exercício financeiro, não devendo sofrer interrupções ou descontinuidade da prestação.

A contratação dos serviços de controle de vetores e pragas será firmada com vigência inicial de 5 (cinco) anos, conforme autorizado pelos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que tratam da duração dos contratos contínuos e das possibilidades de prorrogação. Nos termos do art. 106, caput, a vigência do contrato poderá ser de até 5 anos quando se tratar de prestação de serviços com regime de execução continuada. Ademais, o art. 107 da referida norma estabelece que nas hipóteses em que for demonstrada a vantagem econômica, o prazo poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos. A adoção da vigência inicial de 5 anos é justificada pela natureza rotineira e permanente dos serviços a serem contratados, os quais exigem a manutenção regular de medidas preventivas e corretivas para o controle de pragas urbanas nos edifícios institucionais. Trata-se de contratação de caráter continuado, com demanda estável, previsível e de baixa complexidade técnica, o que favorece a obtenção de propostas mais vantajosas quando assegurada maior previsibilidade contratual.

A contratação plurianual contribui para a eficiência administrativa, à medida que reduz os custos operacionais relacionados à realização de procedimentos licitatórios frequentes, ao tempo em que proporciona à contratada maior horizonte de planejamento, favorecendo a negociação de condições mais vantajosas para a Administração, especialmente em termos de preços e estabilidade operacional. Assim, a definição de vigência contratual inicial de 5 anos representa a solução mais adequada e vantajosa sob a ótica da economicidade, continuidade dos serviços e racionalização de recursos públicos, em plena conformidade com o regime jurídico das contratações públicas estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

A prestação dos serviços deverá atender rigorosamente às exigências legais e normativas estabelecidas pelos órgãos reguladores de saúde e meio ambiente, especialmente no que tange ao uso de substâncias químicas, segurança do trabalho e controle de resíduos.

Deverão ser observadas, em particular: A Lei federal nº 6.360, de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.); A Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos; O Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010; O Decreto nº 8.077, de 2013 que regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências; A Resolução RDC nº 622, de 09 de março de 2022, da Anvisa/MS, que dispõe sobre o funcionamento das empresas especializadas em prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas; A RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014 que dispõe sobre Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas; A Portaria nº 10, de 8 de março de 1985, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, e suas atualizações, que estabelece a relação de substâncias com ação tóxica sobre animais ou plantas, cujo registro pode ser autorizado no Brasil, em atividades agropecuárias e produtos

domissanitários; A Portaria nº 321, de 28 de julho de 1997, também da Secretaria de Vigilância Sanitária, que aprova as normas gerais para produtos desinfestantes domissanitários; A Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A contratada deverá comprovar sua regularidade junto aos órgãos de vigilância sanitária e ambiental, apresentar licenças atualizadas e utilizar somente produtos autorizados pelos órgãos reguladores, com rótulo e bula aprovados, observando todas as orientações de segurança e aplicabilidade previstas.

Além disso, deverão ser atendidas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (em especial a NR-6 e a NR-7), no que se refere à segurança e saúde dos trabalhadores envolvidos nas operações, com fornecimento e uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e acompanhamento médico ocupacional.

Os procedimentos deverão ser registrados em relatórios técnicos e operacionais, permitindo à Administração o controle, a rastreabilidade e a fiscalização das ações executadas.

A empresa contratada deverá estar apta a responder tecnicamente por eventuais intercorrências, mantendo canal de comunicação direto com a unidade gestora do contrato.

A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho. Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional. A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

Será firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada: a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

Para subsidiar a estimativa de preços desta contratação, realizou-se pesquisa de mercado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (ComprasGov) e do Painel de Preços, considerando contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração. Os procedimentos analisados contemplaram serviços de desinsetização, desratização e descupinização, que apresentam valores unitários por metro quadrado, incluindo todas as despesas necessárias à execução (mão de obra, materiais, equipamentos, tributos e encargos). Os preços encontrados encontram-se dentro de uma faixa de variação considerada aceitável, refletindo a realidade de mercado para este tipo de serviço.

6. Descrição da solução como um todo

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de controle integrado de pragas e vetores (desinsetização/dedetização, descupinização e desratização), com fornecimento de mão de obra, equipamentos, produtos e demais insumos necessários à execução dos serviços.

Forma de contratação: Elaboração de Sistema de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em serviço de controle de pragas e vetores urbanos e sanitização de ambientes.

Fundamentação técnica e legal

Conforme disposto no artigo 6º da Lei nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017, o controle de vetores e pragas urbanas consiste no: “Conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos, com periodicidade minimamente mensal, visando a impedir, de modo integrado, que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzam no ambiente.” Assim, a legislação exige a realização de ações mensais de controle, as quais podem consistir em monitoramento, aplicação, ou ambos, conforme a necessidade identificada.

Diretrizes de periodicidade e garantia:

Durante a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, observou-se que muitos adotam a periodicidade trimestral para os serviços de desinsetização e desratização, e semestral para o serviço de descupinização.

Sendo assim, e considerando que a legislação exige monitoramento, aplicação, ou ambos, com periodicidade mensal, entende-se que os modelos com garantia trimestral para os serviços de desinsetização e desratização, e semestral para o serviço de descupinização, mostram-se vantajosos, desde que a empresa contratada realize visitas mensais de monitoramento. Nessas visitas, caso seja identificada nova infestação, a reaplicação deverá estar coberta pela garantia, sem ônus adicional para a Administração.

Dessa forma, a solução proposta contempla a realização de monitoramento mensal, por meio de visita técnica da empresa contratada; a execução de aplicações trimestrais para os serviços de desinsetização e desratização; aplicações semestrais para descupinização; e, quando necessário, reaplicações dentro do período de garantia, sem custo adicional para a Administração.

Os serviços a serem contratados compreendem:

a) Desinsetização: Prevenção e eliminação de várias espécies de insetos rasteiros e voadores, tais como baratas, traças, formigas, pulgas, mosquitos e outros que possam surgir ao longo da contratação, incluindo reaplicação, quando necessária. A contratada deverá observar todas as normas e padrões vigentes aplicáveis às empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, bem como o Manual de Saúde e Segurança do Trabalho do Colégio Pedro II. O serviço deverá ser executado de forma eficiente, segura e com estrita observância às melhores práticas técnicas do setor, garantindo a entrega de certificação correspondente. A aplicação abrangerá toda a edificação (áreas internas e externas), incluindo ambientes acadêmicos e administrativos, móveis, rodapés, ralos, copas, tubulações de esgoto, acervos de livros e documentos (como bibliotecas e arquivos), salas administrativas, salas de aula, laboratórios, banheiros, auditórios, entre outros. A execução observará as rotinas estabelecidas e ocorrerá em horários que não prejudiquem as atividades do Campus, sendo de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra e equipamentos de proteção individual necessários ao cumprimento integral do objeto, conforme especificações e quantitativos do Termo de Referência.

Periodicidade: Trimestral

Quantidade anual: 4 aplicações

Prazo de garantia: 90 dias

b) Desratização: Prevenção e eliminação de várias espécies de roedores, incluindo reaplicação, quando necessária. A contratada deverá observar todas as normas e padrões vigentes aplicáveis às empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, bem como o Manual de Saúde e Segurança do Trabalho do Colégio Pedro II. O serviço deverá ser realizado de forma eficaz e conforme as melhores práticas técnicas, garantindo a entrega de certificação correspondente. A aplicação abrangerá toda a edificação (áreas internas e externas), incluindo ambientes acadêmicos e administrativos, móveis, rodapés, ralos, copas, tubulações de esgoto, acervos de livros e documentos, salas administrativas, salas de aula, laboratórios, banheiros, auditórios, entre outros. A execução observará as rotinas estabelecidas e ocorrerá em horários que não prejudiquem as atividades do Campus, sendo de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra e equipamentos de proteção individual necessários ao cumprimento integral do objeto, conforme especificações e quantitativos do Termo de Referência.

Periodicidade: Trimestral

Quantidade anual: 4 aplicações

Prazo de garantia: 90 dias

c) Descupinização: Prevenção e eliminação de várias espécies de cupins, incluindo reaplicação, quando necessária. A contratada deverá observar todas as normas e padrões vigentes aplicáveis às empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, bem como o Manual de Saúde e Segurança do Trabalho do Colégio Pedro II. O serviço deverá ser executado de maneira tecnicamente adequada, eficaz e em conformidade com as melhores práticas do setor, garantindo a entrega de certificação correspondente. A aplicação abrangerá toda a edificação (áreas internas e externas), incluindo ambientes acadêmicos e administrativos, móveis, rodapés, ralos, copas, tubulações de esgoto, acervos de livros e documentos, salas administrativas, salas de aula, laboratórios, banheiros, auditórios, entre outros. A execução observará as rotinas estabelecidas e ocorrerá em horários que não prejudiquem as atividades do Campus, sendo de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra e equipamentos de proteção individual necessários ao cumprimento integral do objeto, conforme especificações e quantitativos do Termo de Referência.

Periodicidade: Semestral

Quantidade anual: 2 aplicações

Prazo de garantia: 180 dias

A contratada realizará visitas mensais de monitoramento em todos os locais abrangidos pelo contrato.

Em caso de reinfestação dentro do período de garantia, a contratada deverá realizar reaplicação corretiva sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação formal.

Escopo da contratação

Serviço contínuo de controle integrado de pragas e vetores, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, produtos e demais insumos necessários à execução.

A aplicação deverá abranger toda a edificação (áreas internas e externas), incluindo ambientes acadêmicos e administrativos, móveis, rodapés, ralos, copas, tubulações de esgoto, acervos (bibliotecas/arquivos), salas de aula, laboratórios, banheiros, auditórios etc.

Dentro do valor orçado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, as despesas com materiais e equipamentos, inclusive os de proteção individual, mão de obra, seguros em geral, impostos municipais, estaduais e federais.

Agendamento e cronograma de execução

Os serviços serão prestados mediante agendamento por Ordem de Serviço (OS), observando a periodicidade de cada item e a realização de visitas mensais.

As visitas e/ou aplicações devem ser agendadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

A contratada deverá prestar os serviços em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos, feriados ou período de recesso escolar, em horários a serem definidos pela fiscalização do campus.

Em até 24 horas após cada aplicação, A CONTRATADA deve fornecer, ao cliente, o comprovante de execução de serviço, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I. Nome do cliente; II. Endereço do imóvel; III. Praga(s) alvo; IV. Data de execução dos serviços; V. Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; VI. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); VII. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); VIII. Orientações pertinentes ao serviço executado; IX. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; X. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; XI. Identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licença do INEA; XII. Do Certificado de garantia deverá constar identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

Imediatamente após cada aplicação deverá ser entregue o Certificado de Garantia dos serviços.

A Contratada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone da empresa, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença dada pelo órgão estadual/municipal competente.

As visitas mensais poderão ser realizadas em dias úteis (de segunda a sexta-feira), em dias e horários a serem agendados com a fiscalização do contrato, sendo que as possíveis aplicações de reforço deverão ser realizadas em data previamente agendada nos finais de semana ou feriados, exceto se a aplicação dos produtos não exigir o afastamento de pessoas no momento da aplicação.

Materiais, equipamentos e EPIs

A contratada deverá se apresentar ao local de prestação do serviço com os equipamentos necessários para a realização do serviço.

Todos os equipamentos a serem utilizados nos serviços, como escadas, máscaras de proteção, recipientes, bombas dispersoras, etc., serão fornecidos pela Contratada, podendo permanecer guardados nas dependências do Colégio Pedro II, apenas enquanto durar o processo de dedetização e de sanitização, não cabendo ao Contratante nenhuma responsabilidade por avarias, furto ou dano, porventura a eles causado.

Os empregados da Contratada, destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sob prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital. Ainda, deverão realizar o serviço uniformizados, com crachá de identificação. OBS: Equipamento de Proteção Individual (EPI) – todo dispositivo de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinado a preservar a saúde, a segurança e a integridade física do trabalhador.

Requisitos dos produtos:

Somente serão aceitos produtos aprovados por órgãos públicos competentes, devidamente registrados na ANVISA.

Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e ter, no mínimo, as seguintes características:

1. Não causarem manchas;
2. Serem antialérgicos;
3. Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;
4. Serem incolores;
5. Serem inofensivos à saúde humana;
6. Não danificarem ou causarem a morte das plantas dos canteiros, árvores e gramados.

Procedimentos operacionais e limpeza pós-serviço:

Concluída a dedetização e desratização, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

A contratada deverá adotar todas as medidas preventivas visando a segurança dos funcionários durante a execução do objeto licitado, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante a obrigação de reparar prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

A contratada deverá, em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato, enviar ao local da prestação uma equipe capacitada para proceder à avaliação e o levantamento do local, bem como para analisar o procedimento adequado para a sua execução. A visita ao local antes da realização dos serviços será obrigatória.

Após esta visita, deverá a Contratada desenvolver um procedimento elaborado de forma objetiva que estabeleça instruções sequenciais para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, definindo os equipamentos, os tipos de produtos saneantes domissanitários, as doses e concentrações dos produtos necessárias, a metodologia de aplicação e demais estratégias que serão utilizadas durante a prestação do serviço.

A contratada deverá entregar ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, em via escrita, assinada e com a identificação de seu estabelecimento, o plano de trabalho, no prazo de até 48 dias úteis após a visita inicial.

Responsabilidades e obrigações da contratada

A Contratada será a única, integral e exclusiva responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao Colégio Pedro II ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto do Contrato, obrigando-se por si e por seus sucessores.

A competência na definição dos insumos (quantidades, materiais, produtos, utensílios, equipamentos, etc.) é de inteira responsabilidade da Contratada, conforme previsto no item 7.11 da IN 05 /2017 decorrentes do Anexo VII-A Diretrizes gerais para elaboração do ato convocatório: “É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.”

Havendo a necessidade de interrupção das atividades e de isolamento do local após a prestação do serviço, deverá a contratada informar o prazo por escrito no plano de trabalho.

Caso seja necessário afastar móveis para aplicação de produtos, o afastamento deverá ser feito pela empresa contratada. Sendo afastados os móveis, a empresa contratada também deverá, após a aplicação dos produtos, devolvê-los ao lugar de origem.

Ocorrendo avarias, a contratada deverá substituir todos os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios defeituosos na qualidade e nas quantidades especificadas nos termos de sua proposta.

Deve a contratada observar na execução dos serviços prestados nas instalações a presença de estoque de alimentos e existência de refeitórios, quando da aplicação do controle químico, o dever de realizar no estabelecimento procedimentos pré e póstratamento a fim de evitar a contaminação dos alimentos, equipamentos e utensílios.

Após a eliminação das pragas, a contratada deverá, através do emprego de medidas corretivas adequadas, realizar a instalação de barreiras que impeçam o acesso das mesmas.

A coleta, limpeza e destinação correta de possíveis animais, insetos e/ou roedores que aparecerem mortos durante o processo de aplicação dos produtos deverá ser realizada pela empresa Contratada mediante pronto atendimento à solicitação por parte da fiscalização do Colégio Pedro II.

Considerando a legislação aplicável ao objeto e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, a Comissão entende ser necessário realizar ajustes no Termo de Referência, especialmente na parte relativa à habilitação. Além disso, considera-se razoável manter a exigência mínima de experiência de 12 meses, tendo em vista a vigência estimada do contrato de cinco anos, prorrogável por até dez anos. Dessa forma, entende-se pertinente a inclusão da seguinte redação no Termo de Referência:

“A empresa contratada deverá apresentar, como condição de habilitação, os seguintes documentos válidos e expedidos por órgãos competentes, em conformidade com a Lei nº 6.360/1976, o Decreto nº 8.077/2013, a Resolução RDC Anvisa nº 622/2022, bem como demais normas correlatas aplicáveis:

I – Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; II – Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária competente (estadual ou municipal); III – Licença Ambiental emitida pelo INEA.

Registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 622, de 2022.

Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma **RELAÇÃO DOS PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES** que pretende utilizar no controle de pragas e vetores urbanos, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.

O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro na ANVISA dos produtos saneantes domissanitários/desinfetantes que se fazem necessários, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 622, de 2022.

Para os produtos, cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13, de 23/08/2021, e legislação correlata.

A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

Não se está exigindo comprovação de inscrição e regularidade no Cadastro Técnico Federal/APP-Ibama do licitante, mas sim do fabricante do produto que será utilizado pelo licitante na prestação do serviço. Nessa linha, deverá o licitante diligenciar para a obtenção do comprovante do registro no CTF/APP-Ibama e do respectivo Certificado de Regularidade do fabricante do produto ofertado, sob pena de não-aceitação, caso o Pregoeiro não logre êxito em obtê-lo.

Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, área **mínima de 53.052 m², equivalente a 30% (trinta por cento) da área total dos Campi e da Reitoria.**

Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Comprovação de que o licitante dispõe, ou apresentará compromisso formal de contratação até a data de assinatura do contrato, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 622, de 2022.

Em princípio, poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional.

A empresa especializada deve possuir registro junto ao Conselho profissional do seu responsável técnico.

O licitante poderá comprovar a disponibilidade do responsável técnico detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) por quaisquer meios que denotem o compromisso, ainda que futuro, podendo ser carteira de trabalho, declaração de contratação futura, contrato de prestação de serviços ou atos constitutivos da empresa.

O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor."

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Desinsetização	3417	M²	3536868	20	0,09	R\$ 318.318,12
1	2	Desratização	3417	M²	3536868	20	0,09	R\$ 318.318,12
1	3	Descupinização	20680	M²	1768433	10	0,08	R\$ 141.474,64

Quantitativo máximo a ser solicitado por Campus em metros quadrados (m²):

CAMPUS	ÁREA	DESINSETIZAÇÃO	DESRATIZAÇÃO	DESCUPINIZAÇÃO
Centro	16.602	332040	332040	166020
Duque de Caxias	8.301,99	166.040	166.040	83.020
Engenho Novo I	2.558,88	51.177	51.177	25.588
Engenho Novo II	6.691,58	133832	133832	66916
Humaitá I	4.138,56	82.771	82.771	41.386
Humaitá II	10.118,79	202376	202376	101188
Niterói	10.855,81	217116	217116	108558
Realengo I	10.857,15	217.143	217.143	108.571
CREIR				

Realengo II	37.305,57	746.111	746.111	373.056
Reitoria	7.711,53	154.231	154.231	77.115
São Cristóvão I	12.647	252.940	252.940	126.470
São Cristóvão II	18.256,48	365.130	365.130	182.565
São Cristóvão III	14.281	285.620	285.620	142.810
Tijuca I	3.968,08	79.361	79.361	39.680
Tijuca II	11.344,99	226900	226900	113450

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 778.110,88

Ao valor da contratação estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguros e outros eventualmente necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Durante a análise realizada pela Comissão de Planejamento, foram consideradas diversas soluções para a estruturação do objeto contratual, sendo a opção pelo não parcelamento a mais adequada do ponto de vista técnico, operacional e estratégico.

A alternativa de parcelamento por tipo de serviço (desratização, desinsetização e descupinização) embora tecnicamente viável, não se mostrou adequada, pois poderia resultar na celebração de múltiplos contratos com diferentes empresas, exigindo maior mobilização de servidores para fins de gestão e fiscalização contratual. Ademais, por se tratar de serviços que exigem medidas rigorosas de segurança, como a realização das aplicações em locais desocupados, a fragmentação da execução entre diferentes empresas ampliaria a complexidade logística, dificultando a coordenação das atividades. A contratação de uma única empresa permite otimizar a execução e minimizar riscos operacionais, garantindo maior eficiência.

Ressalta-se que há, no mercado, inúmeras empresas habilitadas e com capacidade técnica para a execução integral do objeto, o que não compromete a competitividade e ainda viabiliza a economia de escala.

Por fim, destaca-se que, no modelo anteriormente adotado, a contratação também foi realizada sem parcelamento, com a execução integral do serviço a cargo de uma única empresa. Diante dos pontos já apresentados, e considerando o entendimento da Comissão de Planejamento, entende-se pertinente manter essa diretriz.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de empresa especializada em Controle de Vetores e Pragas Urbanas é fundamental para garantir a salubridade dos ambientes desta Instituição. O Colégio Pedro II mantém o compromisso de preservar a integridade de toda a comunidade acadêmica — servidores, discentes e também o público externo. Assim, torna-se imprescindível evitar a presença de pragas urbanas nesses espaços. O tratamento adequado para eliminar possíveis infestações também contribui para a preservação do patrimônio institucional, podendo gerar economia indireta aos cofres públicos.

13. Providências a serem Adotadas

As medidas de segurança são de extrema importância na execução do serviço, especialmente quanto ao agendamento das aplicações em períodos em que não haja circulação de pessoas, preferencialmente fora do horário escolar. É imprescindível que os ambientes estejam totalmente desocupados durante a aplicação, sem a circulação de servidores, terceirizados, alunos, responsáveis ou visitantes, respeitando-se o tempo de segurança necessário para a reutilização dos espaços, conforme as orientações do fabricante dos produtos e as normas sanitárias vigentes.

A empresa especializada deverá afixar cartazes informativos sobre a realização da desinfestação, contendo a data da aplicação, o nome do produto, o grupo químico, o telefone do Centro de Informação Toxicológica e os números das licenças sanitária e ambiental.

Além disso, é fundamental assegurar a utilização de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários pelos profissionais envolvidos, garantindo a segurança durante toda a execução do serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O objeto da presente licitação consta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª ed. - 2024 - CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS – SEGURANÇA REGRAMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO.

Seguem abaixo as principais determinações que devem ser seguidas:

A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.

A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.

Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.

A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.

A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA.

No que se refere à logística reversa: a) a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte. b) o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/ importador. c) a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente. c.1) caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação. c. 2) o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfetantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.

As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríple lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.

As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríple lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.

A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009.

Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento entende que a solução supracitada é a mais viável a ser implantada, com base nas informações relatadas neste ETP.

É importante destacar que a proposta de alteração da periodicidade para aplicação trimestral tem como objetivo atender à Lei nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017, além de prever o monitoramento mensal pela empresa contratada. Esse modelo assegura a utilização da garantia dos produtos, com reaplicações sempre que necessário, sem custo adicional para a Administração.

A proposta mostrou-se viável e economicamente vantajosa, tendo em vista que a equipe técnica identificou contratações recentes com modelo semelhante em outros órgãos da Administração. Com a adoção da nova periodicidade trimestral, durante os 60 meses de vigência contratual, haverá uma redução significativa no número de aplicações dos serviços de desratização e desinsetização, passando de 60 para 20 intervenções, sem prejuízo à eficácia do controle, considerando as reaplicações previstas em garantia, sem custo adicional para a Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

YASMIN HARMONY ABREU RITO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:08:42.

SHANNA GUEDES CARNEIRO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:52:34.